

GEOGRAFIA ESCOLAR: DISCUSSÕES SOBRE A IDENTIDADE DISCIPLINAR E SOBRE A CONDIÇÃO ESPACIAL DA PRÁTICA DOCENTE

Hilton Marcos Costa da Silva Júnior

jrhiltongeo@gmail.com¹

Resumo

O trabalho em questão é um convite à reflexão que lançamos aos professores de Geografia da Educação no que tange o papel de sua disciplina frente às demais disciplinas escolares. Mais precisamente, construímos o nosso debate do tema considerando a ideia da Geografia como disciplina que investe numa compreensão do espaço geográfico via organização desse espaço e, conseqüentemente, no reconhecimento, por parte dos alunos, da ideia de que compreender o espaço é se compreender no espaço. Para isso, apropriamo-nos de uma alegoria (um determinado livro didático) e de uma experiência que adveio da elaboração de uma aula a ser construída na 1ª série do Ensino Médio. Adicionamos à discussão às variáveis espaciais da prática docente –a organização espacial da escola-, defendendo a ideia de que o saber docente se constrói e angaria sentido quando ponderamos em nossa discussão o território escolar e as relações que são aí tecidas, dialogando com estudiosos do campo do currículo e, especificamente falando, dos estudiosos que investem na ideia de currículo praticado, para além do currículo prescrito. Contudo, advogamos a pergunta aos professores: como a abordagem geográfica –pensada como organização espacial- está estruturada em sua aula?

Palavras-chave: mediação didática, espaço escolar, conhecimento escolar.

Introdução

A apresentação do presente trabalho corresponde a uma discussão que nasceu na elaboração de uma aula de Geografia a ser dada na 1ª série do Ensino Médio no Colégio Pedro II, mais precisamente, quando colocamos para as turmas a seguinte questão: *Com base na trajetória escolar de vocês, do 6º ao 9º ano do Ensino Fundamental, digam para mim: o que estuda a Geografia?*

¹ Professor do Colégio de Aplicação da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (CAp-UERJ). O presente trabalho resulta do aprofundamento de pesquisa de mestrado que se desenvolve como pesquisa de doutorado realizado no Programa de Pós-Graduação em Geografia na Pontifícia Universidade Católica (PUC-RIO).



As respostas dadas a essa questão foram as mais diversas e, para a nossa surpresa, não houve menção ao espaço, este pensado como simples superfície ou este pensado de forma mais elaborada, no sentido de portar qualquer conjunto de raciocínios mais provocadores de uma reflexão. Esse trabalho é, dessa forma, um convite que lançamos aos professores de Geografia da Educação Básica e aos professores do Ensino Superior que formam professores que irão atuar na Educação Básica, no intuito de ‘localizar’ o professor de Geografia no espaço escolar, vale dizer, de contribuir na formação de uma identidade docente vinculada à disciplina escolar Geografia. Estamos aqui, colocando a ‘localização’ como um entendimento primeiro, por parte do professor de Geografia da Educação Básica, da especificidade de sua disciplina frente aos demais setores curriculares presente na escola. Com isso, conseguiremos posicionar o espaço geográfico, de fato, como uma categoria estruturante também do pensar discente, em outras palavras, entende-lo: i) como um dos ângulos possíveis de se discutir e compreender temas dos mais diversos e que são familiares a outras disciplinas escolares (Segregação socioespacial, Formação Brasileira, Industrialização, Questão Ambiental, etc.); e ii) revelador de possibilidades e soluções que podem ficar obscuros se a perspectiva espacial se fizer ausente.

Para construir o presente trabalho, vamos, justamente, usar como recorte de investigação o conceito ‘espaço geográfico’. Essa nossa escolha se justifica pelo fato de nós, em primeiro lugar, entendermos que é consensual, sobretudo devido à autoridade e notoriedade acadêmica da obra “A natureza do espaço” do professor Milton Santos, de que o ‘espaço’ é um conceito-chave da Geografia. Assim sendo, o espaço como um elemento basilar na construção da identidade da Geografia frente às demais ciências e, inclusive, um dos conceitos da Geografia bastante recorrente nos documentos curriculares oficiais, como os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN/1998), com o intuito de precisar a contribuição geográfica na formação escolar – na condição de disciplina escolar. Além disso, no livro didático por nós analisados, os autores apontam que o conceito de ‘espaço geográfico’ estruturado por Milton Santos é uma referência em toda a obra, conforme mostraremos mais adiante.

Paralelamente, o conceito de ‘espaço geográfico’ foi escolhido como recorte analítico, porque o Programa de Geografia do Colégio Pedro II, no Ensino Médio, inicia a sua proposta com a unidade e seu primeiro capítulo intitulados, respectivamente: “Unidade I - O Espaço Geográfico e Suas Representações. 1. A Geografia como ciência e o conceito de espaço geográfico”. Entendemos, desde já, que essa localização temática está vinculada com a

construção de um ângulo singular –nesse caso o geográfico- em se pensar a sociedade, bem como em destacar a relevância da Geografia como ciência.

Pensamos, assim, que a comunidade geográfica escolar do Colégio Pedro II posiciona esse debate inicial com o intuito de que os alunos reconheçam a natureza do saber geográfico e, ao mesmo tempo, compreendam a relevância da Geografia como saber. Nesse ponto, o saber científico legitima o saber escolar, pois reconhecer a relevância da ciência geográfica é fortalecer a importância da Geografia como disciplina escolar.

É válido salientar, politicamente falando, que não entendemos a relação Geografia Escolar ↔ Geografia Acadêmica de forma hierarquizada. A nossa posição aqui é, sobretudo, epistemológica e ambiciona pensar um discurso que, ao mesmo tempo, permita-nos reconhecer as potencialidades da construção de um raciocínio geográfico para o processo de formação dos alunos da Educação Básica e, também, construir o reconhecimento do que seja o nosso território disciplinar para evidenciar a nossa indispensabilidade e construir as nossas inserções interdisciplinares. Entendemos que este trabalho funcione como um convite, na medida em que propõem advertir ao professor a seguinte dúvida: qual a ‘geograficidade’ da sua aula? Ou, em outras palavras, como a abordagem geográfica aparece e é construída na sua proposta de aula?

Situando a Geografia Escolar e o saber docente: o espaço escolar em destaque

Por que a aula sobre GLOBALIZAÇÃO foi excelente na ESCOLA A e um fracasso na ESCOLA B?

Quando pensamos na Geografia enquanto disciplina escolar e não como ciência geográfica, arrolamos a nossa discussão um contexto (espacial) que irá demandar do saber geográfico outras exigências. Primeiro, no que tange as finalidades a que este saber estará sujeito, bem como as possibilidades materiais no percurso de sua construção. Ou seja, a escola reposiciona o pensar a Geografia, em primeiro lugar, porque na mesma existe uma diligência própria. Já desenvolvemos em outro espaço (SILVA JUNIOR, 2014) que a construção do saber geográfico escolar demanda de um componente espacial em sua construção, já que a escola apresenta uma organização espacial que é, ao mesmo tempo, meio e condição da prática pedagógica. O nosso esforço na época (SILVA JUNIOR, 2014) foi de compreender a escola



como um **substrato material preenchido por relações sociais territorializadas**. Nessa concepção, abaixo enumeramos separados didaticamente o entendimento colocado, mas reforçamos a necessidade de compreender o mesmo de forma integral:

- i) Substrato material: estamos falando da morfologia do espaço (escolar), do prédio para sermos mais preciso; mas não o prédio em si, mas entendendo o edifício como condição material e os recursos que nele estão contidos e a serviço do professor para a execução de suas práticas (tecnologias, quadro, salas, laboratórios, xerox, etc.). Ressaltamos, nas condições materiais, a forma como elas se colocam em disponibilidade real, pois sabemos que nem sempre, nas escolas brasileiras, ter uma biblioteca ou laboratório significa poder usá-los efetivamente; e
- ii) Relações sociais territorializadas: compreende o corpo docente, o projeto político-pedagógico, o corpo discente e o professor, individualmente, num jogo de negociação de interesses e intenções para a construção de suas práticas. Soma-se também a forma como o espaço escolar se organiza, gerindo encontros (reuniões), disponibilizando horas para planejamento e estudo (ALVES, 2001). **Há, dessa forma, condições localizáveis numa determinada unidade escolar** que exigirá uma ‘engenharia pedagógica’ na elaboração e execução das aulas de Geografia.

Resgatamos essa discussão porque concordamos, parcialmente, com Tardif (2007, p. 260) quando o mesmo afirma que o saber docente é temporal. Parcialmente, porque entendemos o saber docente como temporal e geográfico, haja vista a concepção de espaço escolar que acabamos de explicitar. Com isso, reconhecemos um pensamento fértil para ampliar a nossa compreensão em defesa de que o saber docente contém uma dimensão espacial que é o estruturante. Cautelamos, entretanto, o cuidado para não confundirmos com a ideia de que o estudo ora apresentado apenas se restrinja ao Colégio Pedro II. Entendemos que as diferenças entre os espaços escolares –quer diferenças entre os substratos materiais, quer as diferenças entre as relações sociais territorializadas- nos convidam a dosar, proporcionalmente, como as nossas práticas variam e de que forma, espacialmente falando. Esse cuidado nos municia a condicionar **sentidos** para as nossas aulas, na medida em que elas são entendidas como práticas territorializadas em uma escola que nos exige contribuições específicas, pois voltada para as demandas de cada unidade escolar, por exemplo.

Associamos a isso, o entendimento de que “A relação entre uma ciência e a matéria de ensino é complexa: ambas formam uma unidade, mas não são idênticas” (CAVALCANTI, 1998, p.9). Isto porquê reconhecemos a ciência geográfica como uma referência da Geografia Escolar, mas como na escola não se objetiva formar geógrafos e como a escola, em si, se coloca como uma condição espacial da prática docente –substrato material preenchido por relações sociais territorializadas-, vemos a relação Geografia Escolar – Geografia Acadêmica prenhe de um movimento horizontal e não como polos antagônicos e de grau de importância ou de complexidade hierarquizáveis.

Então, por exemplo, quando assumimos na escola que iremos trabalhar com a concepção de espaço desenvolvida por Milton Santos - sistema de objetos e sistema de ações-, devemos nos valer dessa filiação teórica de espaço articulada com as nossas intenções pedagógicas. Clarificando através de perguntas: i) como essa concepção de espaço se posiciona a serviço da nossa intenção pedagógica?; ii) quais os avanços que essa concepção nos permite?; iii) e entendendo que o meu espaço de trabalho é uma escola e não a universidade, como essa concepção de espaço se faz pertinente e frutífera no contexto espacial escolar? Defendemos, aqui, que a concepção de espaço em tela, fechado em si, apenas por ter sido cunhada por um geógrafo de notório reconhecimento, não se faz interessante, no mínimo, na escola, caso as motivações pedagógicas não estiverem claras, bem como as suas reais condições de efetivá-las.

A Geografia, como ‘ato de qualificar o espaço’, na escola, só angaria sentido se essa reflexão estiver imbricada com preocupações pedagógicas; adicionando que essas preocupações pedagógicas serão elaboradas sobre um território prenhe de elementos que irão condicionar a efetividade, o desenrolar da prática do professor. Então, quais variáveis do espaço escolar (ESCOLA A) contribuiram para uma aula excelente? Como essas variáveis oscilam quando comparada com outras unidades escolares (como a ESCOLA B)? De forma mais genérica: como a diversidade espacial impacta nas minhas aulas, em termos de construção e execução? É preciso reconhecer que, no Brasil, muitas das diferenças não podem obscurecer as desigualdades de condições para o desenvolvimento do trabalho docente quando nos prestamos a fazer um exercício comparativo entre as unidades escolares. E, por fim, é preciso ponderar também a coexistência, ou seja, os espaços escolares com suas trajetórias próprias, para não incorreremos ao erro que “Reduz coexistência simultâneas a um lugar na fila da história” (Massey, 2009, p. 24), haja vista, sobretudo, os rankings elaborados e divulgados, inclusive



pelo governo federal, quando dos resultados de avaliações externas, como o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM).

Por isso, sublinhamos que o ‘ato de qualificar o espaço’ se articula com a nosso posicionamento pedagógico de que compreender o espaço é se compreender no espaço, já que toda a existência (pessoal e dos outros) se efetiva nele e por ele - seu bairro, seu município, seu estado, etc. Compreender o espaço e, nesse sentido qualificando o mesmo a partir da sua ordem de organização, permite aos sujeitos posicionamentos conscientes e necessários.

Análise do objeto investigado: “A Geografia e a construção do conceito de espaço geográfico”².

QUESTÃO 1 (Colégio Pedro II, 1ª série do Ensino Médio, Prova Trimestral).

CONSIDERE O TRECHO ABAIXO:

“O ESPAÇO GEOGRÁFICO NÃO PODE SER CONSIDERADO COMO SE OS OBJETOS MATERIAIS (AS CONSTRUÇÕES) QUE FORMAM A PAISAGEM TIVESSEM UMA VIDA PRÓPRIA, PODENDO ASSIM EXPLICAR-SE POR SI MESMOS.”
MILTON SANTOS

CLARIFIQUE E DESENVOLVA A AFIRMATIVA. APRESENTE UM EXEMPLO EM SUA RESPOSTA.

Apresentação do capítulo

Iniciaremos essa etapa do trabalho apresentando, de forma panorâmica, o capítulo investigado nessa pesquisa. Faremos usos das palavras dos próprios autores, sobretudo das partes que constam no Manual do Professor da obra, bem como de inserções nossas a partir do estudo que fizemos do capítulo. Vemos, no Manual do Professor, uma possibilidade rica de discutir com os autores da obra, tendo em vista os esclarecimentos e filiações teóricas declaradas no mesmo pelos autores para a elaboração do livro didático. A obra em destaque, dividida em 3 volumes, está voltada para a o Ensino Médio e o capítulo que nós analisamos consta no 1º volume, que é assim organizado conforme anexo 1 (final do texto). De modo geral, o capítulo que nós investigamos (CAPÍTULO 1 – A GEOGRAFIA E A CONSTRUÇÃO DO

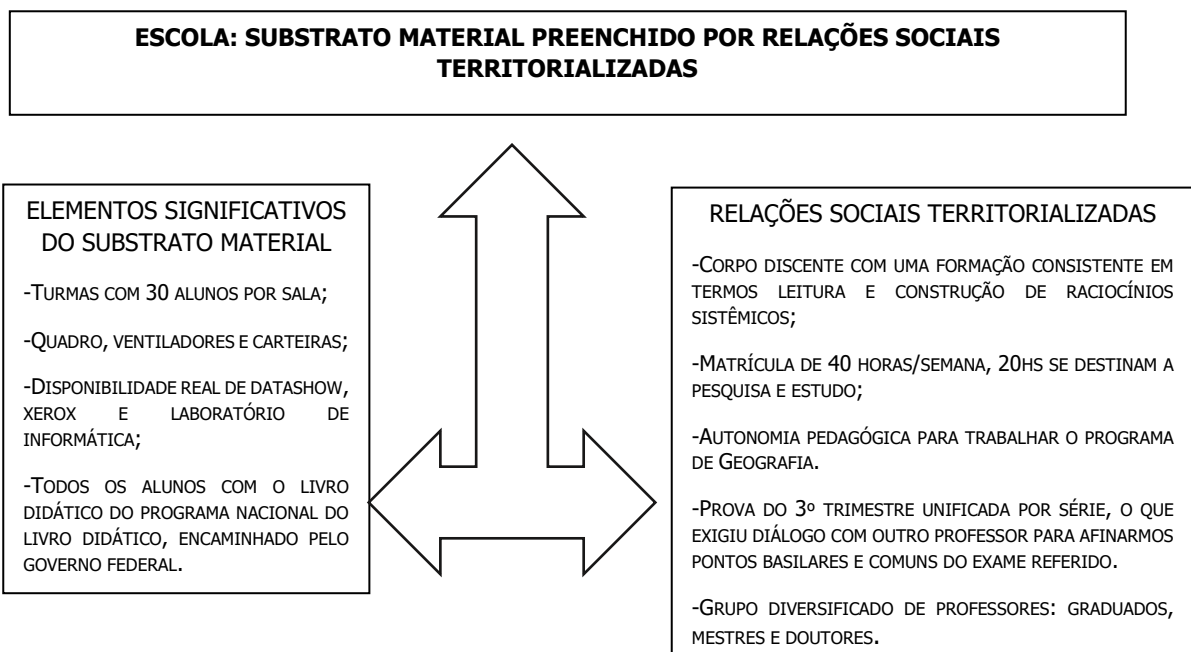
² Albuquerque, Maria Adailza Martins de **Geografia sociedade e cotidiano: fundamentos**, volume 1 /Maria Adailza Martins de Albuquerque, José Francisco Bigotto, Marcio Abanza Vitiello. -3ª ed.- São Paulo: Escala Educacional, 2013. – (Coleção Geografia sociedade e cotidiano)

CONCEITO DE ESPAÇO GEOGRÁFICO), será sistematizado também através de uma tabela que busca reunir as suas etapas constitutivas, as intenções pedagógicas, materiais complementares e a descrição das atividades propostas. A saber (anexo 2).

Conclusões em múltiplas direções: as provocações em tela.

Provocações com o espaço escolar...

Abaixo, na forma de esquema, vamos ponderar os elementos do espaço escolar Colégio Pedro II que se fizerem condicionantes na reflexão aqui colocada e que, também, estiveram imbricados na mediação didática por nós desenvolvida. Atentem ao esquema que é uma demonstração consistente de que o saber docente tem um constituinte espacial substantivado:



Aqui, a aula angaria **sentido pedagógico**, pois irá portar um propósito vinculado com a unidade escolar na qual o professor é lotado. Por esse raciocínio, propomos ao professor que lê o artigo as seguintes perguntas: quais variáveis do espaço escolar interferem na sua aula? Quais estratégias são viáveis para contornar aquelas que vos atrapalham? Os autores de livros didáticos, repetindo, partem de uma ideia de espaço escolar, ou melhor, de funcionamento do espaço escolar, tanto em termos de estrutura física, como em termos de relações que se



desenvolvem e como se desenvolvem na escola. É preciso, então, que o professor veja o livro didático como um recurso e faça essa mediação para o seu espaço de trabalho também.

Provocações com a construção do capítulo: o lugar da Geografia Acadêmica

Segundo os autores, a parte do capítulo destinada a discussão da história do pensamento geográfico, ambiciona demonstrar para que serve a Geografia e o porquê precisamos estudá-la. Mas, é bom evidenciar, segundo os autores da obra, não se almeja fazer uma discussão da história do pensamento geográfico como se realiza na academia. Amparado nessa pretensão, nos questionamos sobre a real efetividade da discussão, pois entendemos que quando legitimamos a Geografia Escolar pelo viés da Geografia Acadêmica, sobretudo, podemos nos esquivar da problemática própria da escola de vincular as contribuições pedagógicas com a Geografia. Além disso, podemos não tecer distinções sutis e necessárias como, por exemplo, dizer que informações sobre lugares são conhecimentos geográficos, independentemente, de como se estruturam e se organizam esses dados na constituição desse saber. Outro equívoco, bastante comum também, é pensar na importância da Geografia na expansão do capitalismo, sem fazer um aprofundamento teórico necessário, o que poderá nos conduzir a um erro bastante recorrente que é confundir geografia (política) com geopolítica, conforme demonstrado por Castro (2005).

Somado a isso, vemos nesse posicionamento do saber geográfico acadêmico, uma postura que poderá contribuir para uma localização subordinada do saber geográfico escolar. Precisamos ser bastante explícitos e cuidadosos para não reforçar a ideia simplista de transposição didática (BOLIGIAN, 2003). Em nossa prática com o livro didático em questão, fizemos a escolha de trabalhar as atividades que instigavam aos alunos a pensarem no jogo de disputa pelo comando da organização espacial, extraíndo dessa experiência (prática) a relevância de que aprendemos Geografia para ‘se compreender no espaço’.

Sugestionamos também o estudo recente desenvolvido por Duarte (2016) que fortalece a Geografia Escolar através da demonstração da espacialidade, mais precisamente, do desenvolvimento do raciocínio espacial e de sua importância na formação dos jovens. Esse trabalho é seminal, no sentido de proporcionar a Geografia Escolar argumentos pedagógicos

sólidos e imbricados, diretamente, com o espaço escolar. Questionamo-nos, por exemplo, sobre os seguintes parágrafos extraídos do capítulo do livro didático:

“A concepção de espaço como lugar da reprodução das relações sociais de produção, proposta pelo filósofo francês Henry Lefévre (1901-1991), influenciou muitos geógrafos críticos na década de 1970, entre eles o brasileiro Milton Santos (1926-2001). Para fundamentar sua análise e baseado em Marx, esse autor defende que existem duas naturezas: a primeira natureza, intocada pelo ser humano, não transformada; e a segunda natureza, ou natureza artificial, aquela transformada pelo trabalho humano” (p.18).

A nossa indagação se refere a real necessidade dessa discussão. Não há, no nosso entender, articulação entre os parágrafos supracitados com as ideias que se pretendem discutir no capítulo - Para que serve a Geografia e qual a sua importância-. Até porque, ambos os contextos abordados são contextos acadêmicos e, nesse sentido, bem específicos na qual o conhecimento geográfico será legitimado por razões que não pertencem ao espaço escolar. Damo-nos o direito de perguntar: há uma maneira escolar de trabalhar a história do pensamento geográfico? Se sim, quais as intenções (escolares) que podemos identificar nessa maneira escolar? Compartilhamos, abaixo, uma proposta:

A história das ciências não só fornece elementos que permitem compreender mais claramente os conceitos científicos, como também permite questionar a visão que o senso comum tem do conhecimento científico como um conhecimento derivado da experiência e da observação imediata. Além de desconstruir a ideia da ciência como um conhecimento acabado, definitivo, restrito aos iluminados. (LOPES, 1999, p. 213)

Provocações com a construção do capítulo: um ângulo para a Geografia Escolar

Como já ponderamos na tabela que apresentava o capítulo analisado (anexo 1), os autores utilizam diferentes contextos para demonstrar a importância do conhecimento geográfico, perpassando a Antiguidade, a Idade Média, os grupos indígenas, etc. A questão que colocamos diante dessa escolha que os autores fizeram para demonstrar a importância do saber geográfico é: o que há em comum em todos os contextos demonstrados? Perguntamos isso para provocar a contenda se discutir as características de um espaço é, por si só, produzir um saber geográfico? Ou seja, criar uma narrativa sobre uma área é, necessariamente, uma narrativa geográfica?



Nos currículos escolares das disciplinas de História e Biologia, por exemplo, há um propósito também dessa natureza, como a História da África ou a compreensão dos biomas brasileiros. Entretanto, temos a sapiência em questionar se esses temas/conteúdos são geográficos? Conseguimos, com clareza e precisão, ponderar esse limite disciplinar? Se reconhecermos também que, no programa curricular da Geografia, devemos tratar da África ou dos biomas, é porque reconhecemos ter algo a acrescentar, que daremos um olhar específico (geográfico) sobre esses conteúdos e que, por isso, não faremos uma simples repetição do que já foi discutido em outras disciplinas escolares. Mais ainda: descrever por si só as características desses espaços, como se um inventário fizéssemos, não é suficiente e nem eficiente para definir o nosso ângulo disciplinar.

É necessário posicionar o espaço (conceitual, processual e contextualmente), neste caso como sistema de objetos e sistema de ações, para colaborarmos com os temas apontados. O saber geográfico não pode ser confundido com a ideia exclusiva de saber sobre o espaço, no intuito de identificar as características presentes em uma área. É preciso pensar ‘no/com/sobre’ o espaço (ROCHA, 2009). Exige-se a compreensão do espaço pela sua organização e, para se compreender a ordem espacial, precisa-se muito além de descrever o que tem no espaço.

Retomando o capítulo e esse recorte em distintos contextos, explicitamos as inquietações: Saber Geografia é deter informações sobre uma área? É pensar o espaço apenas como recurso e, por questão de sobrevivência, necessário dominá-lo? **Precisamente, de que forma concebemos o espaço – ‘sistema de objetos e sistema de ações’- nos diferentes contextos (Antiguidade, Idade Média, grupos indígenas)?** Vemos, nessa última pergunta, uma reflexão profícua para nortear os contextos via um discurso que pondere uma qualificação do espaço através de sua organização e vinculado ao conceito de espaço que os autores do livro didático se filiaram.

Aprofundando o debate, tomemos outro trecho do livro didático, com grifos nosso:

“A Geografia escolar possibilita compreender as relações sociais, econômicas, culturais e até afetivas que **acontecem no espaço**. Além disso, a conquista da cidadania e a consciência **do papel de sujeito transformador do espaço geográfico são algumas das finalidades que a escola busca e que a Geografia procura desenvolver.**” (p.15).

Chamamos atenção para o sentido em que o texto, através das expressões “acontecem no espaço” e “sujeito transformador do espaço”, posicionam o espaço. Há nessa escrita um

entendimento de que a dinâmica social sujeita o espaço à condição de palco. É preciso, nesse raciocínio, demonstrar que as transformações sociais e as relações de múltiplas naturezas se efetivam não somente NO espaço, mas também PELO espaço; reposicionando o espaço como meio/palco, mas também como condição. Apesar de parecer sutil a colocação realizada, ela, a nosso ver, merece “espaço” porque é uma inferência ontológica e, por essa razão, mobiliza o espaço como uma estrutura portadora de respostas para as nossas questões, para além de sua qualidade mais comum e imediata (a de palco). Por exemplo, ao invés de colocarmos que o território é uma projeção do poder NO espaço, precisamos também trabalhar com a ideia de que a ordem espacial –os sistemas de objetos, por exemplo-, indicam para os sujeitos, como se um texto fosse, o poder que é dominante ou a regra válida. Nessa situação, o poder se dá PELO espaço –agora condição- e não apenas NO espaço (Gomes, 2010).

Por fim, uma última colocação é sobre as ideias de vincularmos a Geografia Escolar aos juízos de “relação sociedade e natureza” e também das “transformações espaciais”, como se essas expressões fossem suficientes para definir uma identidade disciplinar ou justificar a sua importância. Destacamos que expressões como essas são facilmente confundidas ou até mesmo encontradas em outras disciplinas escolares. No caso da Biologia, por exemplo, temos os chamados impactos socioambientais nos biomas que também tem, no cerne desses conteúdos, as propostas de discutir “relação sociedade e natureza”.

Insistimos no ponto de partir das ideias de ‘pensar no/com/sobre o espaço’ para ‘se compreender no espaço’ sejam argumentos mais ajustados, sobretudo, pelo fato de destaque que tem o conceito de espaço e pelo seu preenchimento complexo de ideias para além de uma arena onde as ações ocorrem. Não somos contrárias as propostas de empoderar a importância da Geografia Escolar com as ideias de “relação sociedade e natureza” ou “transformações espaciais’, mas entendemos que são argumentos de natureza secundária de importância e insuficientes para construção de uma identidade disciplinar escolar.

Para finalizar essa etapa, retomaremos a leitura da questão da prova aplicada na 1ª série do Ensino Médio no Colégio Pedro II, com o intuito de posicioná-la em toda essa nossa discussão e compreender como a mesma se encaixa na mediação didática por nós sustentada aqui. Na elaboração da questão, convocamos a intenção de compreender o espaço como um sistema. Nas aulas, não utilizamos com os alunos os termos “objetos” e “ações”. Essa adaptação livre nos serviu para construir a ideia de que qualquer posição espacial é meio, condição e



reflexo de um significado que só é capaz de ser compreendida numa condição de situação e, nesse raciocínio, ponderando os demais elementos que estão no espaço (fixos ou fluxos) - quer as construções, quer as práticas sociais-; uma perspectiva relacional, sistêmica. Entendemos que 'se compreender no espaço' exige o pensar que a sua localização nunca se justifica em absoluto, encerrada em si. Aprofundando, vemos nessa proposta uma possibilidade de se compreender PELO espaço, demonstrando que o mesmo é, para além do substrato material, portador de um conteúdo

Por fim, se reconhecemos que o conceito de espaço, construído na **primeira unidade** do programa de Geografia, é crucial para a construção do **pensar geográfico**, insistirmos que uma questão merece ser, repetidamente, lembrada: **como esse conceito aparece, é estruturado e ilumina as nossas discussões nos temas/capítulos subsequentes da agenda curricular escolar da Geografia?**

Anexos

Anexo 1 – Geografia – Sociedade e Cotidiano – Volume 1

UNIDADE I: O ESPAÇO GEOGRÁFICO	UNIDADE II: A SOCIEDADE, A CONSTITUIÇÃO E A TRANSFORMAÇÃO DAS PAISAGENS	UNIDADE III: GEOGRAFIA, AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO
CAPÍTULO 1 – A GEOGRAFIA E A CONSTRUÇÃO DO CONCEITO DE ESPAÇO GEOGRÁFICO	CAPÍTULO 5 – ESTRUTURA GEOLÓGICA E RELEVO	CAPÍTULO 9 – UM PLANETA E MUITAS FORMAS DE PENSÁ-LO
CAPÍTULO 2 – PAISAGEM, LUGAR E REGIÃO: CONCEITOS PARA A ANÁLISE GEOGRÁFICA	CAPÍTULO 6 – TEMPO ATMOSFÉRICO E DINÂMICAS CLIMÁTICAS	CAPÍTULO 10 – VISÃO GEOSSISTÊMICA E AS NOVAS TECNOLOGIAS
CAPÍTULO 3 – TERRITÓRIOS: DO ESTADO-NAÇÃO ÀS TERRITORIALIDADES URBANAS	CAPÍTULO 7 – AS ÁGUAS: HIDROSFERA E BACIAS HIDROGRÁFICAS	CAPÍTULO 11 – VISÃO SOCIOAMBIENTALISTA E DEMARCAÇÕES TERRITORIAIS
CAPÍTULO 4 – CARTOGRAFIA E SENSORIAMENTO REMOTO: FERRAMENTAS PARA OS ESTUDOS GEOGRÁFICOS	CAPÍTULO 8 – OS DOMÍNIOS NATURAIS E OS SOLOS	CAPÍTULO 12 – VISÃO CRÍTICA E AS SOCIEDADES URBANO-INDUSTRIAIS

Anexo 2 – Capítulo 1: A Geografia e a construção do conceito de espaço geográfico

Objetivo	- "O volume 1 inicia com uma discussão mais abrangente sobre o processo de construção do espaço geográfico (Unidade 1), fundamentado no debate acadêmico atual acerca desse conceito. Como desdobramento dessa discussão inicial, pretendemos possibilitar ao aluno a apropriação de conceitos e categorias essenciais para a compreensão do espaço geográfico, como paisagem, lugar, região, território e territorialidade. Ao final da primeira unidade, apresentaremos os conceitos cartográficos essenciais para a compreensão e representação do espaço geográfico. Esses conceitos serão retomados e aplicados nas análises desenvolvidas no decorrer das unidades seguintes." (p. 38. Manual do Professor) -"Objetivos do capítulo. O objetivo deste capítulo é propiciar uma visão geral da história da Geografia, cujo processo, envolvido por uma dinâmica social, é resultado de muitas transformações que vêm
-----------------	--

	ocorrendo no planeta ao longo dos séculos. Além de discutir também o conceito de espaço, valendo-se do pensamento geográfico. A ideia é motivar o aluno a formular e responder a perguntas como: "Para que serve e por que estudar Geografia?". Não se pretende aqui estudar a história do pensamento geográfico na sua complexidade acadêmica nem encerrar o debate sobre o conceito "espaço geográfico", mas fazer o aluno compreender a importância do conhecimento geográfico e da evolução ao longo da história e produção e reprodução do espaço geográfico é produto do trabalho humano." (p. 38, Manual do Professor).
Conteúdos	<p>•Conceituais:</p> <p>--Principais: Geografia, espaço geográfico.</p> <p>--Secundários: história do pensamento geográfico, representação cartográfica, relação sociedade-natureza, capitalismo.</p> <p>•Procedimentais: pesquisar, comprovar, propor, interpretar, debater, criticar.</p> <p>•Atitudinais: desenvolver posicionamento crítico em relação ao processo de construção do conhecimento geográfico e relacioná-lo com diferentes realidades e contextos." (p. 39, Manual do Professor).</p>
Composição do capítulo por etapas	<p>1º: O conhecimento geográfico e a sua importância em diferentes recortes até a sua institucionalização como ciência (na Antiguidade, nos grupos indígenas, na Idade Média, etc.);</p> <p>2º: Geografia escolar: o papel da Geografia como disciplina escolar em distintos contextos (séculos XVIII, XIX e atualmente).</p> <p>3º: A Geografia Moderna e o modo de produção capitalista. Dessa forma, "para vários autores da atualidade, algumas condições históricas relacionadas ao desenvolvimento do capitalismo favoreceram a constituição da Geografia como ciência, no século XIX" (p. 15).</p> <p>4: "O conceito de espaço geográfico: uma relação entre sociedade e natureza." (p. 17).</p>
Materiais adicionais	<p>-Boxer "Profissão geógrafo".</p> <p>-Boxer "Os Lusíadas", no intuito de explorar como os conhecimentos geográficos medievais influenciaram Camões em sua composição poética.</p> <p>-Boxer Quadro "O geógrafo" de Johannes Vermeer (1632-1675).</p> <p>-Boxer "Vidal de La Blache e a Geografia francesa".</p> <p>-Boxer "Discutindo conceitos: o espaço geográfico". Trechos da obra "A natureza do espaço" de Milton Santos.</p>
Atividades	<p>-Análise de situação-problema: o exercício consiste em duas reportagens sobre a produção do espaço urbano em duas cidades à luz dos interesses que se conflitam haja vista os grupos envolvidos, como o Estado, os empresários, etc. Destaque para o questionamento quanto ao papel do Estado na organização do espaço. Segundo os autores, "é colocar o aluno diante de uma situação-problema em que ele pode aplicar o conceito de espaço geográfico e discutir o papel do Estado nas duas situações propostas. Assim ele poderá compreender como se pode fazer uso da Geografia para pensar sobre as questões que afetam os moradores de uma cidade". (p. 47, Manual do Professor).</p> <p>-Considerando mapas e imagens, "A ideia desta atividade é trabalhar com algumas habilidades que foram utilizadas ao longo do capítulo para o desenvolvimento do conteúdo, assim como também propor uma sistematização desses conteúdos e o emprego dos conceitos desenvolvidos." (p. 47, Manual do Professor).</p>

Referências bibliográficas

ALVES, Nilda. **Decifrando o pergaminho: o cotidiano das escolas nas lógicas das redes cotidianas**. In: OLIVEIRA, Inês Barbosa de; ALVES, N. (Org.). Pesquisa no/do cotidiano das escolas: sobre redes de saberes. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

BOLIGIAN, Levon. **A transposição didática do conceito de território no ensino de geografia**. 2003. Dissertação de Mestrado. Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Rio Claro, 2003.

CAVALCANTI, Lana de Souza. **Geografia, escola e construção de conhecimento**. Campinas: Papirus, 1998



DUARTE, Ronaldo Goulart. **Educação Geográfica, Cartografia Escolar e pensamento espacial no segundo segmento do ensino fundamental/** Ronaldo Goulart Duarte; orientadora Sonia Maria Venezella Castellar. –São Paulo, 2016. 310 f.

GOMES, Paulo Cesar da Costa **A condição urbana: ensaios de geopolítica da cidade.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010, 3ªed, 306p.

GOMES, Paulo Cesar da Costa. **Geografia ‘fin-de-siècle’ :o discurso sobre a ordem espacial do mundo e o fim das ilusões.** In : CASTRO, I. E., CORRÊA, R. L., GOMES, P. C. (orgs.). 4ª edi.-Explorações Geográficas : percursos no fim do século. Rio de Janeiro : Bertrand Brasil, 2010, pp. 13-42.

LOPES, Alice Casimiro. **Conhecimento escolar: ciência e cotidiano.** Rio de Janeiro: EdUERJ, 1999. 236p.

MASSEY, Doreen B. **Pelo espaço: uma nova política da espacialidade/** Doreen Massey; Tradução Hilda Pareto Maciel, Rogério Haesbaert. – Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009. 314p.

ROCHA, Ana Angelita Costa Neves da. **Pensar no/com/sobre o espaço: notas para uma discussão sobre os objetivos da aula de geografia.** In: X Encontro Nacional de Prática de Ensino em Geografia, 2009, Porto Alegre. X Encontro Nacional de Prática de Ensino em Geografia, 2009. p. 1-12.

SANTOS, Milton, 1926-2001 **A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção /** Milton Santos. - 4. ed. 5. reimpr. - São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2009. - (Coleção Milton Santos;

SILVA JUNIOR, Hilton Marcos Costa da. **“E agora, o que eu ensino: Eustáquio de Sene ou Milton Santos?” - Geografia Escolar, Geografia Acadêmica e mobilidade espacial do saber.** XIV, 119 f. Orientador: Rafael Straforini Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Geociências, Programa de Pós-Graduação em Geografia – PPGG, Rio de Janeiro, 2014.

TARDIF, Maurice. **Saberes Docentes e Formação Profissional.** 8a edição Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.